



2ª Simulado Especial

TJ PR

Técnico Judiciário

Pós-Edital

Simulado

2º Simulado Especial TJ-PR (Técnico Judiciário)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TJ-PR**, cargo de **Técnico Judiciário**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/sCBsH1jcyY8dMnVN7>

01 - A B C D E	13 - A B C D E	25 - A B C D E	37 - A B C D E	49 - A B C D E
02 - A B C D E	14 - A B C D E	26 - A B C D E	38 - A B C D E	50 - A B C D E
03 - A B C D E	15 - A B C D E	27 - A B C D E	39 - A B C D E	51 - A B C D E
04 - A B C D E	16 - A B C D E	28 - A B C D E	40 - A B C D E	52 - A B C D E
05 - A B C D E	17 - A B C D E	29 - A B C D E	41 - A B C D E	53 - A B C D E
06 - A B C D E	18 - A B C D E	30 - A B C D E	42 - A B C D E	54 - A B C D E
07 - A B C D E	19 - A B C D E	31 - A B C D E	43 - A B C D E	55 - A B C D E
08 - A B C D E	20 - A B C D E	32 - A B C D E	44 - A B C D E	56 - A B C D E
09 - A B C D E	21 - A B C D E	33 - A B C D E	45 - A B C D E	57 - A B C D E
10 - A B C D E	22 - A B C D E	34 - A B C D E	46 - A B C D E	58 - A B C D E
11 - A B C D E	23 - A B C D E	35 - A B C D E	47 - A B C D E	59 - A B C D E
12 - A B C D E	24 - A B C D E	36 - A B C D E	48 - A B C D E	60 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/appL>

LÍNGUA PORTUGUESA*Felipe Luccas***TEXTO 01****A judicialização da saúde: as demandas contra planos de saúde**

A judicialização da saúde, em seu sentido mais amplo, refere-se ao fenômeno da crescente demanda pelo Poder Judiciário para garantia de acesso a serviços, medicamentos e procedimentos de saúde. No caso da saúde suplementar, essa judicialização ocorre quando o cidadão busca o Judiciário para obter a prestação negada por seu plano.

Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, os planos de saúde estão entre os maiores litigantes do país. Os principais motivos de judicialização envolvem: negativas de cobertura com base no rol da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; reajustes por faixa etária de forma abusiva, principalmente em idosos; exclusão de procedimentos considerados experimentais ou fora do contrato; cancelamento unilateral de contrato; e falta de autorização para exames, cirurgias ou terapias. Ainda de acordo com o CNJ, a judicialização da saúde aumentou 130% em 10 anos, enquanto o número total de processos judiciais cresceu 50%.

A Constituição assegura o direito à saúde como direito fundamental de todos e dever do Estado. Com base nisso, o Judiciário tem sido instado a intervir em situações em que se evidencia o descumprimento de obrigações por parte das operadoras, amparando-se nos princípios da dignidade da pessoa humana, do mínimo existencial e da função social do contrato.

Decisões judiciais têm afastado cláusulas abusivas e garantido o acesso a tratamentos, muitas vezes em descompasso com o rol taxativo da ANS, considerado por parte da doutrina e jurisprudência como meramente exemplificativo. O STF e o STJ já enfrentaram discussões importantes sobre o tema, como se viu no julgamento do REsp 1.733.013/SP, que reafirmou a possibilidade de o Judiciário determinar cobertura não prevista no rol em casos específicos.

Apesar da relevância do papel do Judiciário na efetivação do direito à saúde, sua atuação não está isenta de críticas. Aponta-se, por vezes, a falta de base técnica nas decisões, a judicialização excessiva e o impacto econômico sobre o sistema suplementar, com risco de

inviabilizar a sustentabilidade dos planos. Em 7 anos, houve um crescimento de quase 13x no dispêndio com demandas judiciais, atingindo valores elevadíssimos, aumentando consideravelmente a Variação dos Custos Médico-Hospitalares – VCMH, que é a metodologia usada pelo Instituto de Estudos da Saúde Suplementar – IESS utilizada para comparar a inflação dos índices de consumidor e os gastos com saúde.

Outro desafio é o tensionamento entre o contrato firmado entre as partes e os princípios constitucionais, o que exige do magistrado equilíbrio entre a proteção do consumidor e a preservação do pacto contratual.

A judicialização da saúde suplementar reflete, de um lado, a ineficácia regulatória e contratual das operadoras e, de outro, a busca do cidadão pela concretização do direito fundamental à saúde. O Judiciário, ainda que em atuação subsidiária, tem papel central na correção de abusos e na garantia de tratamentos adequados aos beneficiários de planos de saúde. Contudo, é necessário avançar em soluções estruturais, como maior efetividade da regulação, fortalecimento da ANS e criação de núcleos técnicos de apoio ao Judiciário.

(Fonte: Tacito Alexandre de Carvalho e Silva. Disponível em: migalhas.com.br.
Adaptado)

1. De acordo com a leitura do texto, é correto afirmar que

- a) para o autor, a interferência do Poder Judiciário se caracteriza como o fator principal de desequilíbrio financeiro dos planos de saúde no Brasil.
- b) os dados do Conselho Nacional de Justiça demonstram que a judicialização da saúde aumentou em ritmo superior ao crescimento geral de processos judiciais.
- c) as decisões das cortes judiciais reforçam o caráter taxativo do rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar.
- d) mesmo com a proliferação das ações judiciais, o efeito financeiro no sistema suplementar é irrisório para a sustentabilidade dos planos de saúde.
- e) segundo o articulista, o caminho para a resolução dos embates entre beneficiários e operadoras de saúde passa pela diminuição da intervenção judicial.

2. Assinale a alternativa que classifica corretamente o tipo textual predominante no Texto 1.

- a) Argumentativo.
- b) Expositivo.
- c) Descritivo.
- d) Narrativo.
- e) Injuntivo.

3. Assinale a alternativa que apresenta, entre parênteses, uma classificação correta para a palavra “se” destacada.

- a) “A judicialização da saúde, em seu sentido mais amplo, refere-se ao fenômeno da crescente demanda [...]” (pronome reflexivo)
- b) “[...] o Judiciário tem sido instado a intervir em situações em que se evidencia o descumprimento de obrigações [...]” (partícula integrante do verbo)
- c) “[...] amparando-se nos princípios da dignidade da pessoa humana, do mínimo existencial e da função social do contrato” (índice de indeterminação do sujeito)
- d) “O STF e o STJ já enfrentaram discussões importantes sobre o tema, como se viu no julgamento do REsp 1.733.013/SP [...]” (partícula expletiva)
- e) “Aponta-se, por vezes, a falta de base técnica nas decisões, a judicialização excessiva e o impacto econômico [...]” (partícula apassivadora)

4. Assinale a alternativa cujo termo destacado é uma preposição que introduz complemento verbal.

- a) [...] essa judicialização ocorre quando o cidadão busca o Judiciário para obter a prestação negada por seu plano.
- b) [...] a judicialização da saúde aumentou 130% em 10 anos, enquanto o número total de processos judiciais cresceu 50%.
- c) [...] situações em que se evidencia o descumprimento de obrigações por parte das operadoras [...]

d) [...] que reafirmou a possibilidade de o Judiciário determinar cobertura não prevista no rol em casos específicos.

e) [...] o que exige do magistrado equilíbrio entre a proteção do consumidor e a preservação do pacto contratual.

5. A conjunção destacada em “*O Judiciário, ainda que em atuação subsidiária, tem papel central na correção de abusos e na garantia de tratamentos adequados aos beneficiários de planos de saúde.*” poderia ser substituída, sem prejuízo de sentido, pelas seguintes expressões, EXCETO por

- a) mesmo que.
- b) posto que.
- c) conquanto.
- d) embora.
- e) desde que.

6. Considerando as regras de acentuação gráfica da língua portuguesa, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Em “O STF e o STJ já enfrentaram discussões importantes sobre o tema [...]”, o termo destacado acentua-se por ser uma oxítona terminada em “a”.
 - II. Em “[...] os planos de saúde estão entre os maiores litigantes do país”, os termos em destaque acentuam-se pela mesma razão.
 - III. No trecho “[...] houve um crescimento de quase 13x no dispêndio com demandas judiciais, atingindo valores elevadíssimos [...]”, os termos destacados acentuam-se por razões distintas.
 - IV. No trecho “e criação de núcleos técnicos de apoio ao Judiciário”, os termos destacados correspondem a paroxítonas terminadas em “os”, por isso são acentuados.
- a) Apenas I e III.
 - b) Apenas II e III.
 - c) Apenas I, II e III.
 - d) Apenas II e IV.
 - e) Apenas III e IV.

- 7.** Dentre as expressões destacadas, a que exerce a mesma função sintática do segmento sublinhado em “[...] em que se evidencia o descumprimento de obrigações por parte das operadoras” é
- a) “A judicialização da saúde, em seu sentido mais amplo, refere-se ao fenômeno da crescente demanda pelo Poder Judiciário”
 - b) “essa judicialização ocorre quando o cidadão busca o Judiciário para obter a prestação negada por seu plano”
 - c) “Decisões judiciais têm afastado cláusulas abusivas e garantido o acesso a tratamentos”
 - d) “Outro desafio é o tensionamento entre o contrato firmado entre as partes e os princípios constitucionais”
 - e) “O Judiciário, ainda que em atuação subsidiária, tem papel central na correção de abusos e na garantia de tratamentos adequados”
- 8.** Assinale a alternativa em que a(s) vírgula(s) tenha(m) sido empregada(s) pela mesma razão que em “[...] refere-se ao fenômeno da crescente demanda pelo Poder Judiciário para garantia de acesso a serviços, medicamentos e procedimentos de saúde”.
- a) “[...] amparando-se nos princípios da dignidade da pessoa humana, do mínimo existencial e da função social do contrato [...]”
 - b) “No caso da saúde suplementar, essa judicialização ocorre quando o cidadão busca o Judiciário para obter a prestação negada por seu plano”
 - c) “Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, os planos de saúde estão entre os maiores litigantes do país”
 - d) “[...] a judicialização da saúde aumentou 130% em 10 anos, enquanto o número total de processos judiciais cresceu 50%”.
 - e) “Em 7 anos, houve um crescimento de quase 13x no dispêndio com demandas judiciais [...]”

MATEMÁTICA*Carlos Henrique*

- 9.** Joana gastou 30% de 50% do valor que recebeu de uma herança e ainda lhe restou R\$ 17.000,00. Nessas circunstâncias, o valor que Joana recebeu de herança foi um valor entre:
- a) R\$ 15.000,00 e R\$ 17.000,00
 - b) R\$ 17.000,00 e R\$ 19.000,00
 - c) R\$ 19.000,00 e R\$ 21.000,00
 - d) R\$ 21.000,00 e R\$ 23.000,00
 - e) R\$ 23.000,00 e R\$ 25.000,00
- 10.** Corujinha faz uma divisão entre dois números naturais, em uma calculadora, e obtém, no visor, o resultado 0,123412341234..... Indique nas opções abaixo, uma possível divisão feita por Corujinha:
- a) 1234/10000
 - b) 10000/1234
 - c) 1234/500
 - d) 2468/19968
 - e) 9999/1234
- 11.** Um grupo de trabalhadores pode concluir certa obra em 24 dias, trabalhando 8 horas por dia. Se o número de trabalhadores for aumentado em 60% e a carga horária reduzida para 6 horas por dia, em quantos dias a obra será concluída?
- a) 16
 - b) 18
 - c) 20
 - d) 21
 - e) 22

12. João e Maria são irmãos gêmeos. A metade da idade de João mais um terço da idade de Maria é igual a 20 anos. Qual é a soma das idades dos dois irmãos?

- a) 60
- b) 48
- c) 36
- d) 24
- e) 12

- b) 1
- c) 2
- d) 3
- e) 4

15. Considere que a sentença a seguir é FALSA:

“Se Pedro não é pedreiro, então João é jardineiro ou Eduardo não é engenheiro”

Então, é correto afirmar que:

- a) Pedro é pedreiro; João é jardineiro; Eduardo não é engenheiro.
- b) Pedro é pedreiro; João não é jardineiro; Eduardo é engenheiro.
- c) Pedro não é pedreiro; João é jardineiro; Eduardo não é engenheiro.
- d) Pedro não é pedreiro; João não é jardineiro; Eduardo é engenheiro.
- e) Pedro não é pedreiro; João não é jardineiro; Eduardo não é engenheiro.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

13. Considere a afirmação:

“Se os processos estão sobre a mesa, então o despacho não sofre atraso.”

Uma afirmação logicamente equivalente a esta é

- a) Os processos não estão sobre a mesa ou o despacho sofre atraso.
- b) Os processos não estão sobre a mesa ou o despacho não sofre atraso.
- c) Os processos não estão sobre a mesa e o despacho não sofre atraso.
- d) Se o despacho não sofre atraso, então os processos não estão sobre a mesa.
- e) Se o despacho sofre atraso, então os processos estão sobre a mesa.

14. Considere as seguintes frases:

- I. Vamos ao cinema!
- II. $5 + x = 11$ para $x = 6$.
- III. Faça o que o professor pedir.
- IV. Uma prova de Raciocínio Lógico.
- V. Marte é maior do que a Terra.

O número de proposições presentes nas frases de I a V é:

- a) 0

16. Assinale a alternativa que corresponde à negação da afirmação a seguir:

“Todo servidor de Curitiba é estudioso e esforçado”.

- a) “Todo servidor de Curitiba não é estudioso ou esforçado.”
- b) “Todo servidor de Curitiba não é estudioso e esforçado.”
- c) “Existe servidor de Curitiba que não é estudioso ou é esforçado.”
- d) “Existe servidor de Curitiba que não é estudioso e não é esforçado.”
- e) “Existe servidor de Curitiba que não é estudioso ou não é esforçado.”

NOÇÕES DE INFORMÁTICA*Emannuelle Couveia*

17. No Windows 10 temos um novo recurso de segurança que é capaz de, caso seja configurado adequadamente, criptografar os dados dos usuários, o que permite a criação de uma camada extra de proteção e dificulta o sucesso de eventuais exposição a golpes e ataques. Essa funcionalidade é:

- a) Bit Locker
- b) Criptonews.
- c) Windows Defender.
- d) Cortana
- e) Diana

18. No Windows, temos a Central de Ações que é a área onde ficam as notificações de aplicativos e indicações de ações rápidas necessárias. Para acessar essa área podemos ativar a seguinte combinação de teclas:

- a) Windows + B.
- b) Windows + T.
- c) Windows + V.
- d) Windows + J.
- e) Windows + A.

19. A funcionalidade, encontrada no Word, que permite criação de mensagens personalizadas para envio para clientes, por exemplo, e consiste basicamente na mesclagem de um documento principal com uma base de dados é:

- a) Tema.
- b) Localizar
- c) Hifenização.
- d) Mala direta
- e) Autocorreção.

20. No Word, o texto abaixo recebeu que formatação

TESTANDO A FORMATAÇÃO Disponível

- a) tachado e sobreescrito
- b) todas em maiúscula e sobreescrito
- c) versalete e sobreescrito
- d) todas em maiúscula e subscrito
- e) versalete e subscrito

21. No Excel o usuário digitou a função =Agora(). O que será apresentado na mesma célula quando ele apertar enter:

- a) Nada. O Excel não reconhece essa função e ignora o comando
- b) A data e a hora do sistema.
- c) A data e a hora do sistema atualizadas
- d) A data atual apenas
- e) Uma mensagem de erro.

22. No serviço de email é possível realizar tanto o envio quanto o recebimento de mensagens. Comumente temos os protocolos que são responsáveis por esse serviço específico. Marque a letra que apresenta apenas protocolos usados no serviço de email.

- a) POP, SMTP
- b) TCP, UDP
- c) POP, SMTP, INAP
- d) IRC, POP
- e) IRC, FTP

23. O SSL é um certificado digital que garante a transmissão de dados criptografados em uma rede. Um protocolo que o utiliza é:

- a) STMP
- b) HTTPS
- c) HTTP
- d) IMAP
- e) FTP

24. O ataque que fareja pacotes na rede e que pode ser dos tipos: interno (colocado pelo próprio administrador da rede) ou externo (colocado pelo atacante) é o:

- a) Vírus
- b) Worm.
- c) Sniffer
- d) Spyware.
- e) Backdoor.

LEGISLAÇÃO - ESTATUTO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO PR (LEI ESTADUAL N° 16.024/2008). REGIMENTO INTERNO DO TJPR. CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIAIS DO ESTADO DO PR. CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PR. REGULAMENTO ADMINISTRATIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PR

Tiago Zanolla

26. Durante o mês de junho, Marcelo, Técnico Judiciário do TJPR, foi convocado para comparecer a uma inspeção médica, após surgirem indícios de lesões funcionais. Injustificadamente, recusou-se a atender à convocação. Ainda no mesmo período, deixou de comparecer a uma sessão do Tribunal do Júri sem apresentar qualquer justificativa. Como consequência, a Administração aplicou a Marcelo uma suspensão de 90 dias, convertida em multa, mantendo-o em atividade. Três anos após o cumprimento da penalidade, Marcelo solicitou certidão funcional para fins de promoção.

Considerando exclusivamente o Estatuto dos Servidores do TJPR, a atuação da Administração e o direito de Marcelo:

- 25.** De acordo com a Constituição do Estado do Paraná, é incorreto afirmar, quanto à composição do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná por membros da advocacia e do Ministério Público:
- a) A indicação dos membros do quinto constitucional cabe, inicialmente, aos órgãos de representação das classes envolvidas.
 - b) Os advogados que compõem o quinto constitucional devem ter pelo menos dez anos de efetiva atividade profissional.
 - c) O Tribunal de Justiça forma lista tríplice a partir das indicações e a encaminha ao Poder Legislativo para nomeação.
 - d) O membro do Ministério Público que compõe o quinto constitucional deve ter mais de dez anos de carreira.
 - e) A escolha final, a partir da lista tríplice, compete ao Poder Executivo, que dispõe de prazo de vinte dias para nomeação.

- a) Foi correta quanto à conversão da suspensão em multa, mas a certidão funcional deve ser negativa, pois já decorreram mais de dois anos.
 - b) A suspensão foi irregular, pois o não comparecimento à inspeção médica e ao júri só permite advertência e não admite cumulação.
 - c) Está incorreta, pois a recusa à inspeção não poderia ser punida com mais de 30 dias, e a conversão em multa impede o registro como suspensão.
 - d) Está correta, sendo legítima a suspensão de até 90 dias pelas infrações, o registro da suspensão mesmo com a conversão em multa, e a impossibilidade de exclusão do registro na certidão antes de cinco anos.
 - e) Está incorreta, pois, convertida a pena em multa, o servidor não pode ser impedido de obter certidão negativa após dois anos, salvo reincidência.
-

27. Durante sessão ordinária do Tribunal Pleno do TJPR, com 66 Desembargadores presentes, foi proposta a inclusão em pauta da deliberação sobre alteração regimental. Em outro momento, um grupo de magistrados questionou o quórum necessário para o exame da recusa de promoção ao cargo de Desembargador por antiguidade. Ainda, cogitou-se o funcionamento do Órgão Especial para deliberar sobre uma ação direta de inconstitucionalidade. Diante do exposto e conforme o Regimento Interno do TJPR:

- a) A deliberação sobre a alteração regimental exigirá presença mínima de dois terços dos membros do Tribunal Pleno.
- b) O exame de recusa à promoção por antiguidade exige quórum de 68 Desembargadores no Tribunal Pleno.
- c) A sessão do Órgão Especial para julgar ação direta de inconstitucionalidade exige quórum de treze Desembargadores, incluído o Presidente.
- d) Em sessão especial, o Tribunal Pleno exigirá quórum mínimo de dois terços de seus membros.
- e) A deliberação do Tribunal Pleno sobre alteração regimental exigirá o mesmo quórum do Órgão Especial para ações declaratórias de constitucionalidade.

28. Durante fiscalização da Corregedoria-Geral da Justiça no foro judicial da Comarca de Paranavaí, identificaram-se impropriedades na execução de tarefas atribuídas a diversos servidores. Um Escrivão se recusava a cumprir os usos e costumes do foro; um Distribuidor retinha atos processuais por conveniência; o Contador não elaborava os cálculos de emolumentos conforme previsto; um Partidor atrasava sucessivamente a organização de partilhas judiciais; o Depositário Público alegava não ser responsável por bens apreendidos sob sua guarda; e o Avaliador Judiciário emitiu laudo sem estar vinculado por distribuição. Diante do exposto e com base nas atribuições legais dos cargos, assinale a alternativa correta:

- a) O Avaliador Judiciário agiu corretamente, pois, na ausência de mandado, pode atuar de forma discricionária.
- b) O Escrivão somente poderia ser punido se deixasse de cumprir ato previsto em lei, não havendo obrigação quanto aos estilos e costumes do foro.
- c) O Contador está isento de responsabilidade se os cálculos não tiverem sido expressamente ordenados pelo Juiz do feito.
- d) O Depositário Público é responsável pela guarda e restituição dos bens apreendidos judicialmente, salvo se estes forem confiados a depositários particulares.
- e) O Distribuidor pode reter processos por razões técnicas, desde que em benefício da celeridade processual.

LEGISLAÇÃO - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI Nº 13.709/2018). LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI Nº 12.527/2011)*Antônio Daud*

29. Tomando por base as regras da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), no que tange ao procedimento de acesso à informação (transparência passiva), é correto afirmar que:

- a) O pedido de acesso deve conter, obrigatoriamente, a exposição dos motivos que justificam a solicitação da informação, sob pena de indeferimento.
- b) O órgão deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível; não sendo possível, deverá responder em um prazo de até 30 (trinta) dias.
- c) São vedados quaisquer requisitos que dificultem a identificação do requerente, sendo o pedido anônimo uma forma válida de solicitação.
- d) Caso a informação solicitada não esteja disponível, o órgão ou entidade deve negar o acesso, não tendo a obrigação de indicar, se souber, o local onde a informação pode ser encontrada.
- e) Não sendo possível conceder o acesso imediato à informação, o órgão ou entidade deverá, em prazo não superior a 20 (vinte) dias, comunicar a data, local e modo para a consulta, ou indicar as razões da recusa.

30. Conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), o titular dos dados possui uma série de direitos. Sobre esses direitos, é correto afirmar que:

- a) O direito à portabilidade dos dados, embora previsto, se restringe a dados cadastrais simples e não se aplica a dados mantidos por empresas de setores regulados.
- b) O titular tem o direito de obter do controlador a eliminação dos dados tratados com o seu consentimento, exceto em hipóteses como o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.

- c) A revogação do consentimento para o tratamento de dados torna nulos e ilegais todos os tratamentos realizados anteriormente com base nesse consentimento.
- d) O direito de acesso aos dados é garantido, mas o titular não pode solicitar informações sobre as entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados.
- e) A correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados é um direito do titular, mas depende de autorização prévia da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

31. Ana, filha de casal de alemães, nasceu em Recife (PE), enquanto seus pais estavam no Brasil a trabalho em empresa privada estrangeira. Bruno, nascido em Portugal, é filho de mãe brasileira e pai português, e foi registrado em consulado brasileiro competente. Clara, filha de brasileiros, nasceu na França, onde seus pais moravam por vontade própria. Aos 20 anos, Clara veio residir no Brasil e optou formalmente pela nacionalidade brasileira. Diego, nascido nos EUA, é filho de brasileiros e nunca foi registrado em repartição brasileira nem residiu no Brasil.

Com base nas disposições constitucionais sobre nacionalidade, é correto afirmar que são brasileiros natos:

- a) Ana e Bruno, apenas.
- b) Ana, Bruno e Clara, apenas.
- c) Ana, Bruno, Clara e Diego.
- d) Bruno e Clara, apenas.
- e) Ana e Clara, apenas.

32. A respeito da organização, competências e garantias constitucionais do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- a) O Supremo Tribunal Federal é órgão do Poder Judiciário responsável pela uniformização da interpretação da legislação federal infraconstitucional, mediante julgamento de recurso especial.
- b) A decisão de órgão fracionário de tribunal que afasta a aplicação de lei por considerá-la inconstitucional não viola a cláusula de reserva de plenário se o fundamento constitucional for implícito.
- c) Os juízes adquirem inamovibilidade desde a posse no cargo, enquanto a vitaliciedade é adquirida após dois anos de efetivo exercício.
- d) O Conselho Nacional de Justiça exerce controle administrativo e financeiro sobre o Poder Judiciário e é integrado também por membros externos à magistratura.
- e) A Constituição admite a criação de tribunais de exceção para julgamento de causas de alta repercussão social, desde que autorizada por lei complementar.

33. A respeito das espécies e características do poder constituinte no sistema constitucional brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) O poder constituinte derivado decorrente confere autonomia plena aos estados, inclusive para adotarem forma de governo diversa da prevista na Constituição da República.
- b) O poder constituinte originário é caracterizado por sua natureza inicial, autônoma, incondicionada e ilimitada em relação à ordem jurídica anterior, sendo responsável pela criação de uma nova Constituição e pela ruptura com a ordem constitucional precedente.
- c) O poder constituinte derivado reformador é exercido por meio de emendas constitucionais e pode ser utilizado para modificar qualquer cláusula da Constituição, inclusive as cláusulas pétreas,

desde que aprovado por três quintos dos membros do Congresso Nacional.

- d) O poder constituinte difuso manifesta-se na atuação dos tribunais superiores quando interpretam dispositivos constitucionais à luz das transformações sociais, atribuindo-lhes novo sentido com efeitos exclusivamente vinculantes ao caso concreto.
- e) O poder constituinte originário é exercido exclusivamente por assembleia nacional constituinte eleita, sendo vedada sua manifestação por ruptura institucional ou revolução.

34. Acerca das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), nos termos da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) A instalação de CPI depende de requerimento subscrito por, no mínimo, um terço dos membros da respectiva Casa Legislativa.
- b) A CPI tem poderes para determinar a prisão temporária de investigados durante suas investigações, sem necessidade de autorização judicial.
- c) Os trabalhos da CPI devem ser concluídos no prazo máximo de 120 dias, podendo ser prorrogados mediante autorização do Congresso Nacional.
- d) As conclusões e indiciamentos feitos por CPI vinculam diretamente o Ministério Público, que fica obrigado a oferecer denúncia.
- e) A CPI pode apurar fatos determinados e por prazo certo, mas não pode investigar fatos ocorridos fora do território nacional.

35. Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos previstos na CF/1988, assinale a alternativa correta:

- a) O direito de petição pode ser exercido para defesa de direitos próprios ou de terceiros e sempre requer o pagamento de taxas administrativas.
- b) A obtenção de certidões em repartições públicas pode ser feita para esclarecimento de situações de interesse pessoal e também para questionamento de atos administrativos de terceiros.
- c) O direito à informação assegura a todos o acesso irrestrito a qualquer documento em posse da Administração Pública, sem exceções ou restrições.
- d) O direito de petição e o direito à obtenção de certidões são garantias fundamentais que independem do pagamento de taxas.
- e) O *habeas corpus* é o remédio constitucional adequado para garantir o direito de obter certidões públicas em repartições governamentais, sendo o instrumento correto para contestação de omissões administrativas.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

36. Um fiscal da vigilância sanitária interditou um estabelecimento por constatar, em vistoria, a presença de alimentos vencidos e armazenados de forma inadequada, em desconformidade com normas sanitárias vigentes. Considerando os elementos do ato administrativo, é correto afirmar que o “motivo” do ato refere-se:

- a) à sanção de interdição aplicada, como consequência jurídica do ato.
- b) ao dever do fiscal de proteger a saúde pública, conforme interesse coletivo.
- c) à competência do fiscal para realizar a vistoria e aplicar penalidade.
- d) à verificação dos alimentos vencidos e à existência de norma que proíbe tal prática.
- e) ao ato formal, por escrito, de interdição do estabelecimento.

37. Sobre a Administração Pública e suas entidades, assinale a alternativa correta:

- a) A descentralização acontece quando uma atividade é passada de um órgão para outro da mesma pessoa jurídica, mantendo a subordinação hierárquica.
- b) As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por autorização legal, com participação do Estado e de particulares, e seguem um regime jurídico misto.
- c) As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por autorização legal para prestar serviços econômicos diretamente ao público.
- d) A administração direta é composta por autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, que têm autonomia.
- e) Todas as empresas públicas e sociedades de economia mista estão sempre sujeitas apenas ao regime jurídico de direito público, independentemente da atividade que exercem.

38. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa que representa hipótese de licitação dispensável:

- a) Contratação de empresa para prestar consultoria técnica em projeto de concessão, com notória especialização.
- b) Aquisição de imóvel com localização e características singulares para instalação de unidade descentralizada.
- c) Contratação de serviços de perícia contábil com profissional amplamente reconhecido na área.
- d) Contratação emergencial durante estado de defesa, decretado pelo Presidente da República, para assegurar serviços essenciais à população.
- e) Contratação de clínicas especializadas por meio de credenciamento para prestação contínua de serviços de saúde ocupacional.

39. Durante a execução de um contrato administrativo de fornecimento de alimentos para escolas estaduais, foi publicada uma **lei federal** que aumentou significativamente a carga tributária sobre produtos alimentícios. Diante da elevação dos custos, a empresa contratada solicitou o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Nessa situação, conforme a Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que o caso:

- a) Caracteriza risco ordinário do contrato, não havendo direito à recomposição.
- b) Enquadra-se como fato do princípio, autorizando o reequilíbrio contratual.
- c) Trata-se de caso fortuito, que exclui a responsabilidade do poder público.
- d) Constitui fato da Administração, sendo de responsabilidade exclusiva do contratante estadual.
- e) Configura hipótese de anulação do contrato por onerosidade excessiva.

40. Com base na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), analise os itens a seguir:

- I. A configuração de ato de improbidade administrativa que cause prejuízo ao erário exige a presença de dolo ou, pelo menos, culpa grave do agente.
- II. Os sucessores do agente público que enriqueceu ilicitamente poderão ser responsabilizados, mas somente até o limite do valor da herança recebida.
- III. As ações para aplicação das sanções previstas na LIA prescrevem em 5 anos, contados da data do fato, salvo se a infração for permanente, hipótese em que o prazo se conta da cessação da permanência.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Apenas os itens I e III estão corretos.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

Mário Godoy

41. Acerca da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) A lei do país da nacionalidade da pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- b) Realizando-se o casamento no Brasil, será aplicada a lei do primeiro domicílio conjugal quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades de celebração.
- c) Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do domicílio do proprietário.
- d) A obrigação resultante de contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.
- e) Quando se houver de aplicar a lei estrangeira, ter-se-á em vista a disposição desta, consideradas as remissões por ela feita a outras leis.

42. Com relação às pessoas naturais, é correto afirmar que cessará, para os menores, a incapacidade:

- a) pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público ou particular, independentemente de homologação judicial, se o menor tiver 16 anos completos.
- b) por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver 16 anos completos.
- c) pela união estável.
- d) pelo exercício de função pública comissionada.
- e) pelo ingresso em curso de ensino superior.

43. Com relação ao domicílio, assinale a alternativa correta.

- a) Domicílio e residência são conceitos sinônimos.
- b) É vedado à pessoa manter mais de um domicílio.
- c) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.
- d) O domicílio da União é Brasília.
- e) O domicílio do marítimo é a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado.

44. Com relação aos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- a) São defesas as condições que privarem de todo o efeito o negócio jurídico, ou o sujeitarem ao puro arbítrio de uma das partes.
- b) Têm-se por inexistentes as condições lícitas ou de fazer coisa ilícita, preservando-se, contudo, a validade do negócio jurídico.
- c) Se alguém dispuser de uma coisa sob condição suspensiva e, pendente esta, fizer quanto àquela novas disposições, estas terão valor, realizada a condição, se com ela forem incompatíveis.
- d) Se for resolutiva a condição, enquanto esta não se realizar, não vigorará o negócio jurídico.
- e) Ao titular do direito eventual, nos casos de condição suspensiva ou resolutiva, não é permitido praticar os atos necessários a conservá-lo.

45. Com relação à prescrição e decadência, assinale a alternativa correta.

- a) A exceção, diferentemente da pretensão, é imprescritível.
- b) Os prazos de prescrição não podem ser ampliados por acordo das partes, mas podem ser reduzidos.
- c) A prescrição iniciada contra uma pessoa interrompe-se em caso de morte, reiniciando-se seu curso com a abertura do inventário.
- d) A decadência, seja ela legal ou convencional, admite renúncia.
- e) Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei.

b) Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.

- c) É competente o foro de domicílio do autor para as causas ajuizadas pelo Estado.
- d) O despacho da petição inicial torna prevento o juízo.
- e) As partes podem modificar a competência em razão da matéria.

47. No que tange às regras dos recursos em espécies previstas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A apelação é interposta diretamente no tribunal competente para o seu julgamento.
- b) A apelação, como regra, não terá efeito suspensivo.
- c) Os embargos de declaração serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e se sujeitam a preparo.
- d) Quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a um por cento sobre o valor atualizado da causa.
- e) O agravo de instrumento será dirigido diretamente ao tribunal competente, por meio de petição.

48. De acordo com a Lei 12.153/2009, é de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de

- a) 20 (vinte) salários-mínimos.
- b) 40 (quarenta) salários-mínimos.
- c) 60 (sessenta) salários-mínimos.
- d) 80 (oitenta) salários-mínimos.
- e) 100 (cem) salários-mínimos.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

46. De acordo com o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), assinale a alternativa correta.

- a) Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro do domicílio do réu.

49. Sobre as provas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A existência e o modo de existir de algum fato podem ser atestados ou documentados, a requerimento do interessado, mediante ata lavrada por tabelião

b) Há confissão, judicial ou extrajudicial, quando a parte admite a verdade de fato contrário ao seu interesse e favorável ao do adversário.

c) A confissão judicial faz prova contra o confitente, não prejudicando, todavia, os litisconsortes.

d) A escrituração contábil é divisível, e, se dos fatos que resultam dos lançamentos, uns são favoráveis ao interesse de seu autor e outros lhe são contrários, ambos serão considerados em conjunto, como unidade.

e) A cópia de documento particular tem o mesmo valor probante que o original, cabendo ao escrivão, intimadas as partes, proceder à conferência e certificar a conformidade entre a cópia e o original.

50. De acordo com o Código de Processo Civil de 2015, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

I - Instalada a audiência, o juiz tentará conciliar as partes, independentemente do emprego anterior de outros métodos de solução consensual de conflitos, como a mediação e a arbitragem.

II - Enquanto depuserem o perito, os assistentes técnicos, as partes e as testemunhas, não poderão os advogados e o Ministério Público intervir ou apartear, sem licença do juiz.

III - A audiência é una e contínua, podendo ser excepcional e justificadamente cindida na ausência de perito ou de testemunha, independentemente da concordância das partes.

IV - A audiência será pública, ressalvadas as exceções legais.

a) Apenas I e II estão corretas.

b) Apenas I, II e IV estão corretas.

c) Apenas II e IV estão corretas.

d) Apenas I e III estão corretas.

e) Todas estão corretas.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Renan Araujo

51. Acerca da do fato típico, da ilicitude e da culpabilidade, assinale a alternativa correta:

a) Crimes formais são aqueles em que a ocorrência do resultado naturalístico previsto no tipo penal é indispensável para a consumação.

b) A tentativa é incompatível com os crimes omissivos próprios, pois são crimes unissubstinentes.

c) O CP adota, como regra, a teoria da causalidade adequada em relação ao nexo causal.

d) O conhecimento da situação justificante é dispensável para a configuração da legítima defesa.

e) A coação física irresistível afasta a culpabilidade, por inexigibilidade de conduta diversa.

52. Guiomar, uma senhora de 74 anos, transportava 700g de maconha em sua bolsa. Abordada pela polícia militar numa avenida da cidade, Dona Guiomar afirmou não saber que se tratava de maconha, pois acreditava ser apenas café, e que transportava a substância a pedido do filho de uma amiga, de quem não poderia desconfiar, pois conhecia o rapaz há muitos anos. O verdadeiro dono da droga havia se aproveitado do fato de que Dona Guiomar iria visitar a família em outra cidade e solicitou que esta levasse o “produto” para seu pai.

Nesse caso, é correto afirmar que Guiomar não deverá responder pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes por ter havido:

a) erro de tipo

b) erro de proibição inevitável

c) erro de proibição indireto

d) erro de tipo permissivo

e) erro sobre o objeto

53. Juarez foi denunciado pela suposta prática de crime contra a dignidade sexual, em tese praticado contra sua ex-enteada. No curso do processo, Juarez procurou uma das testemunhas de acusação e a ameaçou, para que esta não prestasse depoimento em Juízo. A testemunha, embora amedrontada, prestou depoimento em Juízo, tendo sido Juarez condenado pelo crime sexual.

Nesse caso, em relação à conduta de ameaçar a testemunhas para que esta não prestasse depoimento, é correto afirmar que Juarez:

- a) Praticou crime de favorecimento real, tentado.
- b) Praticou crime de favorecimento real, consumado.
- c) Praticou crime de coação no curso do processo, tentado, com aumento de pena de um terço à metade.
- d) Praticou crime de coação no curso do processo, consumado, sem aumento de pena.
- e) Praticou crime de coação no curso do processo, consumado, com aumento de pena de um terço à metade.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Antônio Pequeno

54. De acordo com a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), marque a alternativa abaixo que apresenta uma informação incorreta sobre o crime de descumprimento de medida protetiva de urgência.

- a) É punido com pena de reclusão.
- b) Só o juiz pode arbitrar a fiança.
- c) Só configura o crime se ocorrer o descumprimento de decisão judicial criminal que determinou a medida protetiva de urgência.
- d) É um crime doloso.
- e) É um crime próprio quanto ao sujeito ativo.

55. Um técnico judiciário do Tribunal de Justiça do Paraná praticou um crime de abuso de autoridade. Com base na Lei nº 13.869/2019, podemos afirmar que o tipo de ação penal para tais crimes, previstos nesta lei, é:

- a) Ação penal pública condicionada à requisição.
- b) Ação penal pública condicionada à representação.
- c) Ação penal de iniciativa privada exclusiva.
- d) Ação penal de iniciativa privada personalíssima.
- e) Ação penal pública incondicionada.

56. De acordo com a Lei nº 8.072/1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, assinale a alternativa correta que apresenta um crime rotulado como hediondo:

- a) Lesão corporal leve.
- b) tortura.
- c) tráfico de drogas.
- d) terrorismo.
- e) tráfico de pessoas praticado contra criança ou adolescente.

57. Um funcionário público praticou o crime de injúria racial, na forma do art. 2º-A da Lei nº 7.7716/1989. Segundo dispõe a lei mencionada, a pena dele poderá ser majorada:

- a) de 1/3 a 2/3.
- b) de 1/2 a 2/3.
- c) de 1/3 a 1/2.
- d) de 2/3.
- e) de 1/3.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL*Priscila Silveira*

58. Sobre as disposições iniciais do Código de Processo Penal, analise as afirmações a seguir:

- I. O ordenamento jurídico brasileiro adota, quanto à vigência da norma processual penal no tempo, o critério do isolamento dos atos processuais.
- II. Normas de natureza híbrida ou mista são aquelas que tratam exclusivamente de procedimentos, atos formais e aspectos técnicos do processo penal.
- III. A legislação processual penal comporta interpretação extensiva e aplicação por analogia, além da utilização dos princípios gerais do direito para suprir eventuais lacunas.

Assinale a alternativa correta:

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) Nenhuma das assertivas.

59. Com base nas regras que regem o inquérito policial, assinale a alternativa correta:

- a) Nos delitos de ação penal pública condicionada à representação, o inquérito poderá ser instaurado mesmo sem essa manifestação, nos casos em que houver urgência.
- b) Cabe à autoridade policial garantir, durante a investigação, o sigilo necessário para o esclarecimento dos fatos ou quando houver interesse da vítima que assim o exija.
- c) O inquérito policial é obrigatório e sempre deverá acompanhar a denúncia ou a queixa.
- d) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes;
- e) No relatório final, a autoridade policial não poderá indicar testemunhas que não tenham sido ouvidas, ainda que saiba onde elas possam ser localizadas.

60. Conforme previsto no artigo 28-A do Código de Processo Penal, em determinadas circunstâncias, o Ministério Público pode oferecer ao investigado um Acordo de Não Persecução Penal (ANPP). Com base nisso, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É admitida a celebração do acordo nos casos de infrações cometidas em contexto de violência doméstica ou familiar, ou contra a mulher em razão do gênero, sendo possível sua formalização em benefício do agressor.
- b) A formalização do Acordo de Não Persecução Penal deve ocorrer por escrito, com assinatura do membro do Ministério Público, do investigado e de seu advogado ou defensor.
- c) Para que o acordo seja homologado, o juiz deverá realizar audiência, ouvindo o investigado na presença de seu defensor, a fim de confirmar a voluntariedade e a legalidade do acordo.
- d) Após a homologação judicial do acordo, os autos serão devolvidos ao Ministério Público, que ficará encarregado de dar início à execução do acordo no juízo da execução penal.
- e) A vítima deve ser comunicada tanto sobre a homologação do Acordo de Não Persecução Penal quanto sobre eventual descumprimento das condições pactuadas.

Redação

O avanço tecnológico é, ao mesmo tempo, fascinante e desafiador. Com a automação e a inteligência artificial transformando a forma como produzimos, nos comunicamos e vivemos, o mercado de trabalho passa por uma verdadeira revolução. Setores inteiros estão se reinventando, funções tradicionais se tornam obsoletas e novas profissões surgem a uma velocidade nunca vista. No entanto, essa mudança traz um importante dilema: como garantir que ninguém fique para trás? A automação gera oportunidades incríveis, mas também exige adaptação constante, educação de qualidade e políticas públicas eficazes para que o progresso tecnológico beneficie toda a sociedade — e não apenas uma parcela dela.

Com base no texto motivador acima, redija um texto dissertativo que aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

1. Quais os principais impactos da automação sobre o mercado de trabalho atual?
2. Que estratégias podem ser adotadas para minimizar os efeitos negativos da substituição de trabalhadores por máquinas?
3. De que forma a educação pode preparar os profissionais para o novo cenário tecnológico?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>